

SUMÁRIO

1	O Instituto da Usucapião.....	11
1.1	Noções gerais	11
1.1.1	Conceito.....	11
1.1.2	Natureza jurídica.....	12
1.1.3	Finalidade.....	14
1.2	Pressupostos	15
1.2.1	Introdução.....	15
1.2.2	Objeto (<i>res habilis</i>).....	17
1.2.2.1	Bens insuscetíveis de usucapião.....	17
1.2.2.2	Bens acessórios.....	18
1.2.2.3	Bens gravados e onerados.....	19
1.2.2.4	Condomínio edilício	36
1.2.2.5	Copropriedade ou condomínio tradicional.....	41
1.2.2.6	Herança jacente	42
1.2.3	Posse (<i>possessio</i>)	42
1.2.3.1	Introdução.....	42
1.2.3.2	Natureza jurídica da posse.....	43
1.2.3.3	Posse Direta (ou natural) e indireta (ou civil)	44
1.2.3.4	Posse Justa e Injusta.....	45
1.2.3.5	Posse precária	46
1.2.3.6	Posse de boa-fé e de má-fé	48
1.2.3.7	Posse <i>ad interdicta</i> e Posse <i>ad usucaptionem</i>	49
1.2.3.8	Composse <i>Pro Diviso</i> e Composse <i>Pro Indiviso</i>	49
1.2.3.9	Posse contínua	50
1.2.3.10	Posse ininterrupta	50
1.2.3.11	<i>Acessio temporis</i> e <i>possessio temporis</i>	51

1.2.3.12	Incapacidade e aquisição da posse	51
1.2.4	Fides e <i>titulus</i>	51
1.2.5	Tempus	54
1.2.5.1	Prazos legais.....	54
1.2.5.2	<i>Acessio possessionis</i> e <i>sucessio possessionis</i>	56
1.2.5.3	Interrupção e suspensão do prazo	58
1.3	Modalidades.....	61
1.3.1	Usucapião extraordinária comum.....	61
1.3.2	Usucapião de posse-trabalho	61
1.3.3	Usucapião ordinária.....	62
1.3.4	Usucapião <i>secundum tabulas</i> (quase-tabular)	62
1.3.5	Usucapião constitucional urbana ou especial urbana	63
1.3.6	Usucapião constitucional rural.....	65
1.3.7	Usucapião coletiva	66
1.3.8	Usucapião familiar (ou conjugal ou por abandono do lar)	67
1.3.9	Usucapião especial indígena.....	69
1.4	Aspectos registrais.....	70
1.4.1	Usucapião e princípios registrais	70
1.4.2	Usucapião tabular, contra tabular e <i>secundum tabulas</i>	72
1.4.3	Questões controversas.....	72
1.4.3.1	Usucapião de imóvel inalienável	72
1.4.3.2	Usucapião de imóvel com construção não regularizada	74
1.4.3.3	Usucapião de lote em parcelamento irregular ou clandestino	75
1.4.3.4	Usucapião de futura unidade autônoma (condomínio de fato)	76
1.4.3.5	Usucapião de imóvel rural.....	77
1.4.3.6	Imóvel rural com área inferior ou superior ao limite legal.....	77
1.4.3.7	Georreferenciamento para usucapião de imóvel rural.....	79
1.4.3.8	Usucapião e Registro Torrens.....	80
1.4.3.9	Imóvel hipotecado e vinculado ao SFH.....	81
1.4.3.10	Área sem registro anterior.....	82
1.4.3.11	Usucapião já registrada em nome do usucapiente	83
1.4.3.12	Usucapião e retificação	83
1.5	Procedimentos.....	84
1.5.1	Introdução.....	84

1.5.2	A usucapião administrativa da Lei 11.977/2009	84
1.5.3	A usucapião extrajudicial do CPC/2015	85
1.6	Exceção que determina a utilização obrigatória da via procedural judicial	87
1.7	Suspeição e a via extrajudicial	88
2	A Ata Notarial de Usucapião.....	89
2.1	Teoria geral da ata notarial.....	89
2.1.1	Conceito.....	89
2.1.2	Regime jurídico	90
2.1.3	Finalidade.....	92
2.2	Requisitos gerais da ata notarial	94
2.2.1	Introdução.....	94
2.2.2	Requerimento.....	95
2.2.3	Capacidade do requerente	97
2.2.4	Qualificação das partes.....	97
2.2.5	Data e local da lavratura e do fato	98
2.2.6	Narrativa dos fatos	99
2.2.7	Idioma nacional	100
2.2.8	Declaração de leitura do instrumento ao solicitante e às testemunhas .	101
2.2.9	Assinatura do tabelião e das partes	101
2.3	A ata notarial na usucapião extrajudicial.....	103
2.3.1	Introdução.....	103
2.3.2	Atestação da posse	103
2.3.3	Competência.....	104
2.3.4	Certidão de propriedade.....	105
2.3.5	Qualificação dos interessados.....	106
2.3.6	Conteúdo.....	106
2.3.7	Precauções	106
2.3.8	Cindibilidade	107
2.4	Modelos	107

3 O Registro da Usucapião Extrajudicial.....111

3.1 Requisitos gerais.....	111
3.1.1 Interessados	111
3.1.2 Objeto	112
3.1.3 Competência.....	113
3.1.4 Pedido	114
3.1.4.1 Legitimidade para requerer	114
3.1.4.2 Características	116
3.1.4.3 Requisitos genéricos.....	116
3.1.4.4 Requisitos específicos	117
3.1.4.5 Congruência objetiva.....	119
3.1.5 Advogado	119
3.2 Requisitos formais	120
3.3 Requisitos documentais	121
3.3.1 Justo título ou documentos comprobatórios da posse.....	121
3.3.2 Ata notarial	123
3.3.3 Planta e memorial descritivo	124
3.3.4 Certidões negativas	125
3.3.5 Natureza do imóvel	126
3.3.6 Procuração	127
3.4 Procedimento.....	129
3.4.1 Introdução.....	129
3.4.2 Prenotação e autuação.....	129
3.4.3 Qualificação registral preliminar.....	131
3.4.4 Anuênciam dos confinantes	132
3.4.4.1 Disposições gerais.....	132
3.4.4.2 Legitimidade para anuir.....	133
3.4.4.3 Formas de anuênciam	134
3.4.4.4 Anuênciam do condomínio edilício e tradicional.....	135
3.4.4.5 Anuênciam dos terceiros interessados.....	135
3.4.5 Notificações	135
3.4.5.1 Formas de notificação e notificados.....	135
3.4.5.2 Condomínio edilício como confrontante.....	137

3.4.5.3	Confinante falecido.....	137
3.4.5.4	Notificação para pessoa jurídica.....	138
3.4.5.5	Incapacidade civil do notificado e efeitos na via extrajudicial	138
3.4.5.6	Dispensa de notificação (art. 10, § 10, e art. 13, do Provimento 65/2017 do CNJ)	138
3.4.5.7	Lugar incerto e não sabido e os efeitos na via extrajudicial de usucapião	139
3.4.6	Cientificação dos entes públicos.....	140
3.4.7	Editais	140
3.4.8	Diligências	142
3.4.9	Impugnação	142
3.4.10	Conciliação	144
3.4.11	Justificação administrativa.....	144
3.4.12	Remessa à via judicial	146
3.4.13	Qualificação registral definitiva.....	146
3.4.14	Registro	148
3.5	Modelos	152
4	Jurisprudência administrativa	155
4.1	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	155
Bibliografia	175	